

2

O papel da filosofia na formação docente.

Dante Augusto GALEFFI: dgaleffi@uol.com.br.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2133155712300731>. Mestre e Doutor/UFBA, Docente da Faculdade de Educação (FACED/UFBa) e do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC/UFBA). Líder do GP Epistemologia do educar e práticas pedagógicas/CNPq.

BSTRACT RESUMO ABSTRACT RESUMO ABSTRACT



Resumo Trata-se de uma de uma reflexão que procura investigar o papel da Filosofia na formação docente em nosso país, a partir do questionamento pela filosofia apropriada na dita formação. Pergunta-se pelo próprio da filosofia na formação do professor em geral, tendo em vista compreender a diferença entre uma filosofia de ilustração e uma filosofia propriamente exercitada em sua dinâmica criadora, como componente formador do pensar apropriador, próprio e apropriado. Não há no texto remissões a fontes autorizadas, mas implicitamente fala-se a partir de uma constelação de vozes reunidas em uma perspectiva polilógica e contemporânea, no esforço de projeção de outras possibilidades para a formação docente que tome a atitude filosófica como aprendizagem do pensar em todas as áreas e disciplinas do conhecimento.

Palavras-chave Educação filosófica. Formação Docente. Educação Básica. Atitude filosófica. Compreensão polilógica.

Abstrac This is a reflection that seeks to investigate the role of philosophy in teacher's education in our country, asking if Philosophy dictates the appropriate training. Question by the very philosophy in teacher education in general, in order to understand the difference between philosophy and "Illustration philosophy" properly exercised its dynamic creative as forming component of thinking appropriator own appropriate. There are no references in the text to authoritative sources, but implicitly speaks up from a constellation of voices gathered in a "polilógica" and contemporary perspective in an effort to project other possibilities for teacher training to take the philosophical attitude of learning how to think about all areas and disciplines of knowledge.

Keywords Education philosophical. Teacher Training. Basic Education. Philosophical attitude. Understanding "polilógica".

O COMEÇO

Para alimentar a reflexão acerca do “papel da filosofia na formação de professores em nosso país” começo com a seguinte questão: Qual é a filosofia apropriada na formação de professores em nosso país e por quê?

A questão posta possui uma considerável abrangência, requerendo de início uma visualização por etapas convergentes e concatenadas. Pergunta-se pela filosofia apropriada na formação de professores no Brasil. Isto quer dizer, implicitamente, que há uma filosofia inapropriada para a formação de professores? Compreendendo-se que sim, o que caracteriza o impróprio da filosofia na formação de professores? O que compreendemos, afinal, por *formação* que englobe a filosofia? Qual é mesmo o papel da filosofia na formação de professores?

O encaminhamento da tensão proposta é inevitavelmente uma *perspectiva* compreensiva, portanto, não visa apresentar uma visão acabada e certa da *coisa* filosófica na formação de professores. Sua visada é, assim, mais investigativa do que afirmativa, porém propositiva. Isso quer dizer que aquilo que a filosofia representa para nossa cultura não é algo homogêneo e claro, e sim algo que corresponde ao acervo de *opiniões* acerca do sentido da filosofia, o que se constitui como *preconceito*. Acerca do sentido da filosofia na formação de professores possuímos mais um preconceito do que propriamente um conceito.

Se já possuíssemos um conceito apropriado de filosofia na formação de professores, a filosofia já teria se tornado uma propriedade de todo professor em nosso país. Entretanto, isso ainda não acontece. Na maioria das vezes e de maneira dominante, a filosofia é tratada como um setor inacessível ao *ser humano comum*. Na maioria das vezes, a formação filosófica do professor não ultrapassa a *ilustração* — herança iluminista tão duradoura. Não há ainda meios construídos que favoreçam o desenvolvimento de um processo investigativo radical, caracterizando um exercício filosófico que consiste no *aprendizado de si mesmo* — que é sempre um aprendizado. O que se considera, afinal, prioritário na formação do professor que diga respeito ao acervo filosófico? Qual é hoje a formação filosófica do professor em nosso país? Esta pergunta enseja uma boa pesquisa, e não pode ser respondida por reduções estatísticas comuns ou por estudos de caso.

Seguramente, conhecendo professores das diversas partes de nosso país, pode ficar evidente não a ausência de uma sólida formação crítica, portanto filosófica, mas a elaboração da questão própria da educação filosófica, que é aquela de introduzir ou conduzir o discente na experiência do pensar apropriador. Trabalhar no sentido de uma formação filosófica do professor que seja levado a aprender a aprender é o que pode ser considerado relevante como papel da filosofia na formação de professores. Que essa formação possa ser uma prática filosofante dialógica e aberta à investigação do acervo comum da humanidade e das possibilidades criadoras do *conhecimento do conhecimento e do desconhecimento* que abre ao ser humano o privilégio de partilhar da autocondução que a tudo reúne em seu átimo sempre fugaz... Já passou!!!!

QUAL É O PAPEL DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

A quantas anda a formação filosófica dos professores em nosso país? Quantos já se autorizam a pensar propriamente? Quantos alcançam a totalidade na ação contemplativa?

Há os que defendem a transmissão do saber filosófico do jeito que está, e consideram a formação existente nos Institutos ou Faculdades de Filosofia a mais apropriada e fidedigna à tradição histórica dos sistemas do pensamento Ocidental. Para esses, não há nada a fazer ou a inventar em relação ao aprendizado filosófico, pois a tradição é suficientemente clara a respeito: filosofia é algo para poucos. É mesmo?! O processo de repetição, entretanto, foi assumido como critério geral de transmissão da forma velada do saber dos saberes. Afinal, como poderia a filosofia ser menos do que uma compreensão articuladora que a tudo totaliza, mesmo na mais clara e distinta ilusão?

Entretanto, qual o conceito de filosofia acadêmica predominante? Por que na formação dos professores a filosofia aparece como uma disciplina específica de conteúdos e não como atividade de investigação do pensar próprio e apropriado? O que será preciso fazer para que a filosofia se torne o eixo crítico de toda formação de professor? Como fazer para que a filosofia se torne não uma disciplina baseada nos textos e doutrinas canônicas estratificadas, mas uma atividade investigativa fundada na disposição aprendente radical? E nem mesmo se trata de negar o passado, de desconhecer o grande acervo filosófico existente.

Pelo contrário, trata-se de pensar a forma do pensamento a partir do exame dos próprios pensamentos. Mas como se faz algo assim? Faz-se pela atitude investigativa disposta à investigação mesma. E qual é a investigação? É a investigação dos próprios pensamentos constelados, pertencentes a um mundo existente e comum. Nos pensamentos se articula a conjuntura do real e das realidades. Não se trata de uma representação e sim de um modo de *ser-com-mundo* – usando um conceito próximo de Heidegger –, reconhecimento das condições, dos limites e das possibilidades da experiência humana *com-sentido*, em sua totalidade vivente.

Ora, qual pode ser o papel da filosofia na formação do professor além de cultura de ilustração? Há, porventura, educadores filósofos, em número suficiente, preparados (formados) para tal tarefa? Como realizar tamanho feito: tornar a Filosofia o eixo de construção da formação do professor?

O momento atual se caracteriza pela ausência de diálogo implicado no campo do saber filosófico. Há algumas escolas de pensamento que formam territórios simbólicos muito específicos e se afirmam como campos autorizados de formação filosófica. O que, entretanto, deveria pertencer ao saber filosófico como âmbito da totalidade se encontra repartido em doutrinas colonizadas ou colonizadoras, tudo dependendo da localidade do território, se mais ao sul ou ao norte do país. Há ainda o jogo de autorização e desautorização do que deve ser considerando propriamente pertencente à formação filosófica. Tem sido muito comum a ênfase na exegese do texto canônico, o que é muito apropriado em níveis de profissionalização do filósofo acadêmico regular – o

professor/pesquisador de filosofia do seu filósofo predileto. Como se o filósofo profissional pudesse ser modelo do desenvolvimento filosófico básico, pudesse apresentar em seus gestos e atitudes o filosofar comum-pertencente. Como se o texto filosófico não pudesse ser um hipertexto ou um contexto. Como se não fosse possível filosofar a partir do aprendizado das operações básicas da inteligência humana: ouvir, falar, contar, ler, escrever, questionar, partilhar, fazer.

Tudo isso aponta para o tamanho da tarefa de se articular o papel de uma filosofia que dê sustentação criteriosa e abrangente (complexa) ao professor em formação. O fato é que é preciso aprender a pensar de maneira própria e apropriada. E claramente não se aprende a pensar em definitivo, como se pode aprender uma fórmula matemática ideal. O aprendizado do pensar acompanha o florescimento e fenecimento humano. Ele é um contínuo como todo aprendizado. Precisa de cultivo, de cuidados permanentes. É preciso aprender a pensar a cada dia, a cada estação, a cada ciclo formado de ações e retroações dinâmicas. O aprendizado do pensar é também uma questão de experiência própria, intransferível, de certo modo incomunicável aos que não se encontram na experiência apropriadora do pensar próprio.

Seria o papel da filosofia na formação de professores apenas o domínio suficiente das operações lógicas e do reconhecimento de estruturas linguísticas que compõem as enunciações e proposições e seus correlatos acionais? Não se deveria incluir a totalidade das dimensões já demarcadas pela tradição filosófica como campos da experiência humana comum, de interesse da filosofia especulativa e da filosofia prática? Questões ontológicas, epistemológicas, lógicas, éticas, morais, políticas, estéticas, artísticas, poéticas, ecológicas não são estranhas ao processo histórico da filosofia dos filósofos produtores de textos e sistemas e/ou antissistemas. O que vem a ser uma efetiva questão ontológica, por exemplo, diz respeito a um movimento de *dar-se conta de seu ser próprio no âmbito do ser comum pertencente*. Isso não se pode ensinar, assim como não se pode ensinar conceitos ou a própria filosofia como atividade conceitual. Mas se pode *ensinar* no sentido de *apontar* e *conduzir*, de indicar e cuidar para que o outro realize uma experiência apropriadora. Portanto, cuidar para que o outro que aprende seja conduzido em seu desenvolvimento correto e aprenda a observar os próprios pensamentos e a lidar com eles em suas experiências.

A filosofia é por natureza não uma disciplina específica de conteúdos explicativos, mas uma transdisciplina que tem sua especificidade na atitude de questionamento e investigação radical da condição humana e suas possibilidades existenciais. A especificidade da filosofia, portanto, não é o domínio tecnológico da linguagem lógico-propositiva de um determinado filósofo ou escola/sistema. Ela é antes de tudo uma disposição aprendente radical. E para que se possa aprender é preciso sempre começar do começo. Como disposição aprendente radical, a filosofia não se limita ao seu campo histórico, pois também compreende a projeção para as possibilidades devindo. Toda filosofia é um *dever devindo*.

Toda filosofia está sempre a caminho em uma busca de algo. Este algo pode compreender qualquer coisa ou estado de coisa. Mas há sempre um *focus-desfocus*, um *nexus-desnexus* e uma *axis-desaxis* em toda filosofia apropriadora em seu dever. Os atos de

focar/desfocar, ligar/desligar, estruturar/desestruturar são próprios da atividade filosófica teórica e prática. Nesse sentido, se o caminho do texto escrito parece ser o único possível para se acessar o “verdadeiro saber filosófico”, é preciso lembrar que o mesmo precisa ser lido pelo *prazer de ler*, o que não significa nenhuma facilitação e muito menos a ausência de esforço/trabalho.

Assim como um músico deve aprender a executar a transcrição musical (a partitura) e não há motivo para que não saiba ler qualquer partitura que se inscreva no sistema musical estabelecido, um filósofo estará apto a ler qualquer texto escrito, sabendo distinguir seu contexto e sua acentuação correta ou adequada. Não há, assim, motivo algum para se privilegiar a tecnologia da exegese textual na formação filosófica básica, porque esta é uma consequência do trabalho rigoroso dos conceitos e está além do texto escrito – é metatextual por condição ontológica e epistemológica, ética, estética, política e ecológica.

Se a atividade filosófica tem a sua especificidade na disposição aprendente radical, ela não pode desenvolver suas formas sem o transcurso das outras atividades humanas comuns. A filosofia é uma questão de experiência do pensar apropriador e não faz sentido sem o *sentido-ser-sendo* de cada aprendiz/mestre. Desse modo, a filosofia não pode negar a vivência do aprender em nome de ilusórias especificidades conceituais. Como se os conceitos fossem independentes da totalidade existencial de todo ser vivente e fosse necessário negar a sensibilidade para filosofar. A forma de compreensão, aqui delineada, mostra muito mais o campo de falsos problemas filosóficos do que propriamente filosóficos, e se baseia em uma estrutura que pode ser chamada *tecnocrática* e que territorializa o saber filosófico pelo uso de dispositivos de controle e de exclusão formal, sem levar em conta a *heterogênesse* que caracteriza o desenvolvimento espiritual humano.

Na formação do professor, precisa-se de uma filosofia que dê conta da totalidade conjuntural da existência humana histórica e meta-histórica. Não basta a exegese textual, portanto, para se propiciar o desenvolvimento do pensar próprio e apropriado de cada educador-professor. É preciso que se aprenda a observar e investigar os próprios pensamentos. Isso pode e deve ser feito de muitas maneiras, através de múltiplos e imprevisíveis caminhos e combinações dialógicas. Todos os meios e todos os temas podem se tornar problemas filosóficos apropriadores, assim como todas as partituras e os temas musicais podem ser executados musicalmente, independente de juízos de valor e de gosto pessoal.

Há, assim, um papel da filosofia na formação de professores que tangencia o trabalho de reunião e de relação de tudo com tudo, de todos com tudo, tudo com todos e tudo. Isso não se pode realizar sem desejo e esforço, sem paixão e trabalho árduo e continuado. E para que isto se torne efetivo, é preciso mudar a forma de trabalho com o texto-contexto filosófico. O importante aqui não é o acúmulo de informações e conhecimentos e sim o processamento dialógico do que constitui a individuação compartilhada, a partir das experiências/vivências significativas singulares e intransferíveis. Isto requer uma disposição sempre pronta a aprender em um estado de atenção compartilhado, em que a presença do outro nos torna pertencentes a um destino comum e nos faz aprender na diferença e pela diferença de tudo o que é.

A tão propalada unidade requerida para o aprendizado filosófico é assim muito mais uma *vivência conectiva* do que uma abstração representada em formas ou fórmulas. A conectividade do filosofar, entretanto, não garante ainda nada de demonstrado em relação ao conhecimento universal, mas abre o campo de possibilidades para a forja e compreensão articuladora do sentido em devir perpétuo. A dinâmica do filosofar, deste modo, não admite finalizações e termos definitivos, apesar de trabalhar sempre com conceitos e horizontes limites que totalizam cenas e quadros, contextos e relações convergentes e/ou divergentes.

A natureza própria do filosofar não pode se limitar aos esquemas e formas disponíveis, apesar de não poder se liberar delas em sentido absoluto. O que se pode ter como elemento comum do filosofar é o *autoconhecimento compartilhado*. Significa, portanto, afirmar que o papel da filosofia na formação do professor não é secundário, mas primário, fundante. Um professor que aprendeu a pensar de modo próprio e apropriado estará aberto aos desafios sempre desconhecidos da aprendizagem e não limitará a experiência filosófica ao domínio do texto escrito, pois compreenderá a abrangência do pensar como modo de ser apropriador, na unidade interna da experiência humana singular. O que não quer dizer nenhuma supremacia do subjetivismo sobre o objetivismo e sim a compreensão da unidade/diversa de todo pensar radical e implicado, consequente e responsável nos limites da autonomia humana.

Tudo isso nos abre para possibilidades que ainda não foram devidamente pensadas e que ainda não fazem parte dos mecanismos e dispositivos filosóficos autorizados academicamente. Por exemplo, por qual motivo a filosofia não deveria trabalhar, também, as questões existenciais de cada indivíduo em formação, afirmando se tratar de senso comum quando se abre o campo da escuta e se deixa o outro implicar-se na tomada de consciência de seus atos e afetos, pensamentos e palavras? Por quais razões a sensibilidade e os afetos devem ser considerados não-filosóficos, quando a própria filosofia dos grandes filósofos históricos sempre tratou e deu atenção aos problemas éticos, políticos, estéticos e morais? Por quais razões dever-se-ia acreditar no ceticismo filosófico ou no racionalismo metafísico como dogmas imbatíveis? O que é mesmo o saber filosófico que se pode dizer próprio e apropriado? Tem ele alguma coisa a ver com o processo de especialização da filosofia profissional acadêmica? Não é preciso fazer uma distinção entre uma filosofia técnica e uma filosofia básica, entre um saber especializado e um saber global, abrangente, geral?

Parece que o sentido global da filosofia perdeu o seu lugar no rol da filosofia técnica, chegando a ser considerado um saber que por saber de tudo não sabe muito bem de nada. Mas, qual pode ser o sentido da filosofia na formação do professor senão o de ser um campo de reunião e conexão de todos os saberes e de todas as formas de conhecimento? Este aspecto parece ser o ponto comum definidor do papel da filosofia na formação do professor: o acesso próprio e apropriado ao manuseio e elaboração de conceitos que se tornam *corpo do corpo próprio* e constituem âmbitos da saga humana transformativa de *autoconsciência da consciência e da inconsciência*. Um saber que não se limita ao mundo acadêmico territorializado, mas um saber que compreende o processo de construção ontológica do ser

humano em suas possibilidades, abarcando o ético e o político, o epistemológico e o estético-artístico, o ecológico, econômico e o cosmológico, o místico e o indizível. Tudo isso na precipitação do tempo instante em sua transcendência imanente.

Desse modo, a filosofia não servirá apenas como ilustração dos sistemas de pensamento filosófico que se encontram apropriados aqui e ali nas teorias e metodologias educacionais e pedagógicas. Pelo contrário, estará atendendo ao primado do *autoconhecimento* fundamental para que se tenha uma filosofia como atividade aprendente contínua e não como um saber dado e todo encerrado em seu passado glorioso e insuperável para todo o sempre. Sim, é verdade: os grandes pensadores e filósofos são todos insuperáveis.

A questão, portanto, não diz respeito à ideia de superação das formas passadas de filosofia, e sim à apropriação do filosofar apropriador, próprio e apropriado. Este é o desafio do papel da filosofia na formação do professor: constituir o meio adequado para o desenvolvimento da *autoconsciência compartilhada*. Isso requer novos meios e novos modo de *ensinar a pensar* – apontar, indicar, partilhar, propiciar, favorecer, cuidar, distinguir, explicar, compreender, interpretar, desconstruir – o que caracteriza o filosofar como um *estilo de vida aspirante de um conhecimento próprio e apropriado* – um saber viver, um saber conviver, um saber morrer, um saber renascer.

IMAGENS PARA RECOMEÇAR A APRENDER A PENSAR PROPRIAMENTE

Estamos todos envolvidos na construção de nossa própria morada existencial. A filosofia pode ser o meio adequado para a construção de uma ciência do educar polilógica, que dê unidade e garanta a diversidade das operações propriamente filosóficas. Significa, também, entender que o aprendizado filosófico importante na formação do professor não poderá ter a forma da filosofia profissional acadêmica. Assim, a identidade filosófica do professor não tem como modelo o especialista em filosofia, e nem deve concorrer com este, porque são duas coisas diferentes e muito mais complementares do que antagônicas.

O papel da filosofia na formação do professor, portanto, não o transformará em um filósofo especialista em filósofo, mas o tornará mais e mais consciente de seu *ser-no-mundo-com*. A partir dessa compreensão, muda a forma de avaliar a aprendizagem filosófica, que deverá também abarcar o campo de possibilidades e a potencialidade antecipativa de cada um. Isso requer outra concepção de aprendizado que, não negando a anterior, supera o seu sentido articulador, oferecendo novas possibilidades de conjugação e criação filosófica. É preciso, assim, que o professor tenha conquistado para si mesmo a atitude filosófica que tudo quer saber e não se detém nos casos particulares. Esse parece ser o papel da filosofia: reunir, pela diferença e pela repetição, tudo em quase tudo do que já se dispõe e se encontra dado e localizado em seu conjunto. Precisa-se, mais uma vez, de uma filosofia da reunião e do inacabamento teórico e prático, uma filosofia aberta aos desafios dos tempos presente do passado e do

futuro. Uma filosofia que possa florescer em cada educador e em cada educando como condição fundante de uma vida ética e estética, epistêmica e ecológica simultaneamente, sem a perda do mistério e sem abdicar da comum-responsabilidade que nos torne livres e sabedores/aprendizes da *Arte de Aprender a Ser-sendo*: um cântico cheio de vigor e de potência plasmante – um quase nada filosófico, pois correspondente ao plano comum do desenvolvimento/formação dos seres humanos. Algo, portanto, que cabe a cada formação cidadã, na convergência da diversidade e das diferenças, na confluência dos antagonismos e das oposições, em um *terceiro sempre incluído*.

Temos, assim, um amplo horizonte de possibilidades para a delimitação e concretização de uma formação filosófica básica para todo educador/professor e para todo educando, pois um dos sentidos principais do papel da filosofia na formação do educador é que ele possa se tornar um *educador-filósofo*, não no sentido especializado e acadêmico-autorizado. O sentido há de ser o poder-ter acesso ao mundo do sentido em toda a sua complexidade reinante, apesar de toda a sua simplicidade conjuntural. Isso requer novas formas de ensinar e de aprender. E estas só são possíveis quando alguém as cria e as oferece em sua práxis humana cotidiana. Afinal, o próprio da filosofia que convém dedicar esforços e atenção não é uma propriedade de organizações e grupos de indivíduos particulares, porque diz respeito ao próprio sentido humano em toda a sua abrangência.

Esta abrangência não deve se limitar a nenhum território especializado, a nenhuma ideologia partidária, porque é da ordem do poder-ser próprio à espécie humana em sua constituição ontológica, sem que seja preciso compreender o ontológico como aquilo que pode ser deduzido em definitivo sobre o Ser em sua Totalidade. Não, a filosofia não pode ser filosófica, sendo um saber acabado e absoluto. O absoluto, no caso, é o âmbito da experiência conectiva do pensar, mas não há como deduzir por inteiro aquilo que é. Eis o desafio e a provocação: apontam para um fazer filosófico que tenha como meta o desenvolvimento amplo dos seres humano personalizados. Um ato criador amante da mais longa tradição de sabedoria *serena e jovial*. Um mistério para além de toda representação ou formalização. Um deixar ser e deixar-se surpreender pelo inesperado! Um espanto compartilhado no *amor aos fatos*.